

LUMEN GENTIUM

Um novo olhar sobre a Igreja

Introdução

O terceiro milénio é caracterizado por um tempo de mudança, pela mobilidade e globalização; marcado pela indiferença religiosa, pelo secularismo e relativismo; com uma grande influência dos meios de comunicação social em geral e da *internet* em particular. É ainda um tempo cujo ideal de vida parece resumir-se ao “*estar bem*”, com os olhos postos na terra e com dificuldade em “*olhar o céu*”, em viver “*a grande esperança*”.

Foi precisamente para ajudar a Igreja a ser portadora de esperança que, entre 1962 e 1965, se realizou o Concílio Vaticano II, o qual procurou, numa reflexão aprofundada, perceber as mudanças do mundo e aí ler os “*sinais de Deus*”, abrindo-se ao que o Espírito Santo queria dizer à Igreja.

Ao convocar o Concílio Vaticano II, o Papa João XXIII, recentemente declarado Santo, tinha um objectivo bastante claro: *aggiornamento*, ou seja, actualização da Igreja diante das questões colocadas pela sociedade da época. Os trabalhos e documentos deveriam seguir esta linha, mas ao final da primeira sessão nenhum dos 72 documentos propostos tinha sido aprovado. João XXIII morreu meses depois, em 3 de Junho de 1963. Paulo VI sucedeu-o e retomou os trabalhos conciliares sob uma nova perspectiva. Meses antes, Paulo VI, na época Cardeal Montini, tinha-se pronunciado, afirmando que o Concílio deveria ocupar-se de um único problema: «a Igreja», isto é, reflectir sobre a essência da Igreja. Este seria o novo caminho a seguir.

Génese de uma Constituição Conciliar

Do projecto inicial de 72 documentos passa-se para 16, deixando aspectos secundários para intervenções futuras do Papa e das Congregações Pontifícias. A constituição sobre a Igreja - *Lumen Gentium* - torna-se como que o tronco do Concílio e representa, no campo da eclesiologia, uma autêntica revolução. Surge um novo modo de ser e de compreender a Igreja. De um modelo de Igreja como sociedade perfeita passa-se agora a uma pluralidade de imagens, complementares entre si e orientadas pela perspectiva do mistério e da Trindade.

Ao contrário da constituição *Sacrosantum Concilium*, houve longa discussão sobre o texto original, sendo feitas cerca de quatro mil emendas. O documento final, votado apenas após cada um dos capítulos ser aprovado individualmente, foi promulgado a 21 de Novembro de 1964, após receber 2151 votos a favor e apenas cinco contra. É composto por oito capítulos, onde se descreve diferentes aspectos da Igreja.

O Conteúdo

No primeiro capítulo somos introduzidos no «mistério da Igreja»: a Igreja é o reino já presente em mistério e cresce pelo poder de Deus; «é o povo congregado na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo» (LG 4). Resgatam-se uma série de imagens que desde as origens do cristianismo representaram a Igreja: rebanho, campo, edifício, Jerusalém do Alto, templo do Espírito e Corpo de Cristo com diferentes membros, guiados pela única cabeça: Cristo, a Luz dos Povos.

Enquanto o primeiro capítulo considera o corpo eclesial a partir do mistério de Deus uno e trino, o segundo apresenta o seu desenvolvimento histórico. O novo Povo de Deus, uno e universal, é formado por todos os que crêem. Na nova aliança, todos são chamados a ir e baptizar, segundo a ordem de Cristo em Mt 28,18-20, constituindo assim uma Igreja missionária.

O terceiro e o quarto capítulos descrevem a estrutura orgânica da Igreja. Todos os baptizados, fiéis ou pastores, têm a mesma vocação fundamental e são associados à mesma missão. Primeiramente fala-se da constituição hierárquica da Igreja, especificando a função dos bispos (pregar o Evangelho, governar e santificar o rebanho), presbíteros e diáconos, que estão ao serviço do povo de Deus. A seguir trata dos leigos, aos quais «*compete por vocação procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus*» (LG 31). Os leigos, cada vez mais valorizados, são chamados à santidade a partir da sua vida de inserção no mundo. Para tal é sempre actual a necessidade de se investir na formação e na participação dos leigos na vida eclesial.

O Concílio pede que entre pastores e fiéis haja uma «comunidade de relações» e um mútuo apoio, pois todos são «*chamados à santidade*». Este é o tema do quinto e do sexto capítulos.

A missão essencial da Igreja é a santificação: a Igreja é santa e todos na Igreja são chamados à santidade.

Os dois últimos capítulos da *Lumen Gentium* descrevem o desenvolvimento escatológico da Igreja e o papel de Maria nesta caminhada, no mistério de Cristo e da Igreja. A Igreja peregrina está em união com a Igreja celeste e só será consumada na glória celeste (LG 48).

O conceito de “*Povo de Deus*”, após o capítulo relativo ao “*Mistério da Igreja*”, indica que a Igreja não surge por iniciativa dos homens, mas da vontade de Deus Pai.

O Povo de Deus, antes do capítulo referente à Constituição hierárquica da Igreja e ao dos Leigos, mostra que a comunidade eclesial e a vocação comum são prioritárias face à diversidade de ministérios e vocações. De facto, a realidade primeira é o “*nós eclesial*” em que a unidade precede a diferença. A constituição hierárquica, após o capítulo relativo ao Povo de Deus, mostra efectivamente que os ministérios estão ao serviço do corpo eclesial como mistério, a partir de Cristo.

Conclusão

Este é provavelmente o documento mais importante do **Concílio Vaticano II**, pois fez a Igreja reflectir sobre a sua essência, sobre a sua origem e constituição interna. A sua redescoberta como Mistério marca este retorno às origens, ao mesmo tempo que se abre a todas as novidades trazidas pelos novos tempos. A consciência da Igreja como mistério ligado ao mistério de Cristo e não como sociedade deu um novo rumo e apontou caminhos interessantes que infelizmente não foram bem explorados ao longo destes 50 anos. Há muito a ser feito. A *Lumen Gentium* ainda não é vivida nem aplicada. Alguns pontos desta constituição foram vistos, como a questão da colegialidade e do episcopado, mas o fundamento, a raiz da própria Igreja, é mais difícil. Exige muito da vida cristã. Isso significa que a Igreja ainda tem muito trabalho pela frente, pois a Igreja, num processo iniciado pelo Concílio e jamais conclusivo, deverá ser, sempre mais, sinal da "*união com Deus e da unidade do género humano*". Desta unidade, a Igreja é testemunha, que torna presente (visível) o Ausente (invisível).

António Fidalgo